

Resumo Analítico

A economia mundial está emergindo da recessão, mas sua recuperação será bastante gradual, com crescimento apenas modesto nos próximos anos. A estabilização financeira reduziu consideravelmente a possibilidade de um colapso sistêmico, embora ainda existam riscos para a atividade econômica. Até o momento, a recuperação nas economias avançadas está atrelada aos massivos pacotes de estímulo econômico. Nos Estados Unidos e na maioria das economias avançadas, o crescimento continuará lento e as condições de emprego provavelmente continuarão a se deteriorar antes de começar a se recuperar. A crise deixará um legado negativo de perda permanente do produto potencial, fraco consumo privado e níveis muito mais elevados de dívida nos Estados Unidos, que poderão ter um impacto adverso sobre a América Latina e o Caribe.

O impacto da crise sobre os países da América Latina e do Caribe (ALC) foi significativo, mas para a maioria dos países o pior já passou. A crise produziu um choque que causou a elevação dos custos de financiamento externo e o declínio das exportações, das remessas de emigrantes e das receitas do turismo na região. Uma onda de incerteza abalou a confiança e o setor privado reduziu os gastos. Contudo, após sofrer uma contração substancial no primeiro semestre deste ano, a ALC está se recuperando e a expectativa para 2010 é de crescimento moderado.

Mesmo assim, o panorama na região é altamente heterogêneo. As perspectivas de recuperação são melhores nos países que contavam com maior margem de manobra na política econômica, e que também se beneficiaram da melhoria significativa das condições financeiras e dos preços de exportação das commodities este ano. Os países mais dependentes do turismo e das remessas de emigrantes, a princípio, não sentiram um impacto tão grave, mas sua recuperação será mais lenta tendo em vista que suas perspectivas são fortemente dependentes do emprego e do consumo nos Estados Unidos, que ainda não se recuperaram. Alguns desses países também tinham menos espaço para a adoção de medidas de estímulo.

As políticas terão de buscar um equilíbrio delicado, de acordo com as circunstâncias de cada país. Nos países mais bem preparados, que foram capazes de aplicar medidas de estímulo monetário e fiscal, a questão será quando começar a remover essas medidas e em que velocidade. O mais apropriado, de modo geral, será começar pela política fiscal, antes da política monetária. A remoção precipitada do estímulo traz riscos, pois a recuperação mundial ainda não se firmou, mas a demora em agir também é arriscada. É possível que, em breve, alguns países comecem a registrar fortes entradas de capitais e que em algum momento tenham de lidar com uma moeda mais forte ou até com o superaquecimento — o que aceleraria a necessidade de retirar o estímulo e seria mais uma razão para reverter o relaxamento da política fiscal antes de apertar a política monetária. Em outros onde a margem de manobra para novos estímulos encontra-se praticamente esgotada, o mais prudente seria reservar novas medidas caso os riscos de deterioração da conjuntura econômica se materializem. Os países com menor espaço fiscal terão de redobrar os esforços para reequilibrar as despesas a fim de proteger os grupos vulneráveis.

No médio prazo, as políticas terão de se ajustar a um novo cenário mundial de crescimento mais baixo. É pouco provável que a taxa de crescimento do PIB e os preços de exportação das commodities retornem aos níveis pré-crise. Assim, uma vez que a receita pública crescerá mais lentamente, os planos de gastos públicos terão de ser mais focalizados, especialmente nos países com dívida mais elevada. Em geral, o período pós-crise demandará um maior esforço na adoção de políticas propícias ao crescimento e ao alívio da pobreza. Finalmente, as políticas de supervisão e regulação financeira terão de evoluir continuamente para garantir a estabilidade, com ampla cobertura de riscos e das instituições financeiras de importância sistêmica.

Políticas futuras também devem se voltar ao fortalecimento adicional da resistência da região a choques externos. A experiência recente mostrou o valor das medidas tomadas nesse sentido por muitos países ao longo desta década. A região enfrentou os graves choques mundiais sem cair em uma crise financeira e de balanço de pagamentos. De fato, em termos de manutenção da atividade econômica, a região saiu-se tão bem, ou melhor, quanto muitos outros países, com uma atuação muito melhor do que no passado. Os países com políticas mais sólidas antes da crise tiveram melhores condições de amortecer o choque. Outros países tiveram dificuldades em reagir à crise e terão muito a ganhar com o desenvolvimento de marcos de política econômica para aumentar a previsibilidade e limitar os atuais vieses procíclicos.

Esta edição do relatório Perspectivas Econômicas: As Américas explora a recente crise global e recessão e suas consequências e implicações para as políticas da ALC. O Capítulo 1 retrata o cenário mundial, sublinhando de que forma os desdobramentos da crise nos Estados Unidos e nas economias avançadas afetará a recuperação da região. O Capítulo 2 examina a atual situação das economias na região e suas perspectivas para 2009-2010 e a médio prazo, define os principais temas de política e apresenta recomendações gerais. O Capítulo 3 avalia o desempenho recente da região de uma perspectiva internacional e em comparação a seu próprio desempenho em episódios anteriores de turbulência global: tomadas em conjunto, essas experiências apontam para uma agenda voltada para o fortalecimento dos marcos de política econômica e de resistência a choques externos. Por último, o Capítulo 4 tem enfoque nas respostas da política fiscal dos países da ALC à recente crise, estabelece uma ligação entre essas reações e as condições e políticas em vigor antes da crise e identifica prioridades para o marco da política fiscal nos próximos anos.